

## ***ANEXO I***

### ***Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos***

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - Maria da Conceição da Costa Borges, Cartão de Cidadão n.º 11558764 0ZY6 e residente na Rua do Jardim, lote n.º 1, Fiais da Telha, 3430-306 Carregal do Sal, na qualidade de representante legal de Ibtekar, Unipessoal, Lda., com sede na Avenida de Santa Maria n.º 28, R/Chão Esq. 2735-377 Agualva – Cacém, NIPC 513 966 676, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para prestação de serviços de FISCALIZAÇÃO DAS EMPREITADAS DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA MARQUÊS DE POMBAL E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BARRIO 1º DE MAIO – 2ª FASE, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

**a) Documento que contenha os atributos, termos e condições em que o concorrente se propõe contratar (nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP), dos quais se destaca:**

- i. Preço total expresso em algarismos e por extenso;**
- ii. Condições de pagamento;**
- iii. Indicação da forma de faturação;**
- iv. Prazo de execução dos serviços.**

**b) Certidão de Registo Comercial**

**c) Procuração que habilite o subscritor da apresentação de proposta**

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

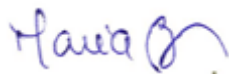
4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Aguilva, 7 de março de 2019



Maria da Conceição da Costa Borges